



Procuradoria-Geral de Justiça
MP-PI



Ministério da Justiça
17ª SRPRF/PI

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA S/N, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ E O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA 17ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (17ª SRPRF/PI), VISANDO À PROMOÇÃO DE MEDIDAS NECESSÁRIAS À PREVENÇÃO DE DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS, BEM COMO VIABILIZAR A ELABORAÇÃO DE TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA E BOLETIM CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA POR POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS, NO ÂMBITO DE SUA COMPETÊNCIA, NOS TERMOS DA LEI 9.099/95 E LEI 8.069/90, NA FORMA AJUSTADA.

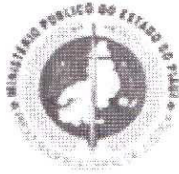
O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, inscrito no CNPJ/MF n.º 05.805.924/0001-88, situado à Rua Álvaro Mendes, nº 2294, Centro, nesta capital, neste ato representado pela sua **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, Dra. ZÉLIA SARAIVA LIMA**, e a **17ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no PIAUÍ**, Órgão Público do Poder Executivo Federal, subordinado ao Ministério da Justiça, com sede à Avenida João XXIII, nº 1516, Bairro dos Noivos, nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0122-23, neste ato representado pela seu **SUPERINTENDENTE REGIONAL, ALEXANDRE DA CRUZ SOUSA**, celebram, por força do presente instrumento, Aditivo de Prorrogação do Termo de Cooperação S/N, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O presente TERMO ADITIVO tem por objeto estabelecer a prorrogação da vigência estabelecida na CLÁUSULA SEXTA do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA S/N, celebrado em 09/08/2012, entre a 17ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal (17ª SRPRF/PI) e o Ministério Público do Estado do Piauí (MPE/PI).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2 – Fica prorrogado por 24 meses o prazo previsto na CLÁUSULA SEXTA do Termo de Cooperação Técnica S/N, iniciando-se o mesmo em 09/08/2014 e findando em 09/08/2016.



Procuradoria-Geral de Justiça
MP-PI



Ministério da Justiça
17ª SRPRF/PI

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3 – As partes, neste ato, ratificam todas as cláusulas e disposições constantes do Termo de Cooperação Técnica original bem como aquelas contidas no seu aditivo, que fora celebrado entre as mesmas partes em 19/08/2013, possibilitando à PRF/PI a lavratura de TCO/BOC; passando o presente termo a integrá-lo, para todos os fins e efeitos jurídicos.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4 - A publicação do presente aditivo no Diário Oficial da União será providenciada pelo DPRF/MJ, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura. e a publicação no Diário de Justiça do Estado do Piauí, ficará a cargo do Ministério Público do Estado do Piauí

Fica eleito o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Teresina, Estado do Piauí para dirimir litígios oriundos deste Aditivo ao Termo de Cooperação, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições anteriores, os partícipes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza entre si os legítimos efeitos de direito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Teresina/PI, 06 de Agosto de 2014.


ZÉLIA SARAIVA LIMA
Procuradora-Geral de Justiça


ALEXANDRE DA CRUZ SOUSA
Superintendente da 17ª SRPRF/PI

TESTEMUNHAS:

Nome:  CPF: 022 044 233 - 50
Nome:  CPF: 344 253 793 87